



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE

Ofício nº 159 /2017-GSF

Goiânia, 27 de março de 2017.

Exmo. Sr.

ADAUTO BARBOSA JÚNIOR

Secretário de Estado-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 3º andar, Setor Central

CEP 74055-140 Goiânia-GO


Assunto: Resposta ao Ofício nº 2.249/2016-CGE/GAB – complemento de informações

Senhor Secretário-Chefe,

Reporto-me ao Ofício nº 2.249/2016-CGE/GAB, de 06.12.2016, referente à consolidação do Relatório que acompanha a Prestação de Contas Anual do Senhor Governador, a ser remetido ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, e à Assembleia Legislativa, no qual Vossa Excelência solicita o encaminhamento de um relatório sobre as informações, referentes ao exercício de 2016, exigidas no art. 174, § 4º, incisos II, III, V e VI do Regimento Interno do TCE-GO, conforme ali transcrito.

Ao fazê-lo, encaminho-lhe, para complemento de informações, o Memorando nº 050/2017-STE, de 21.03.2017, da Superintendência do Tesouro Estadual desta Pasta, com as observações concernentes à situação da administração financeira estadual e documentação anexa.

Atenciosamente,


/ JOSÉ FERNANDO NAVARRETE PENA
Secretário de Estado da Fazenda
Superintendente Executivo SEFAZ-GO
Ofício nº 16/2017-GSF

(Emissão Único MEM-0050/17-STE)

Assinatura por extenso

Residência em 27/08/2017
Horas: 16:09

Controladoria-Geral do Estado
Subsistência de Gestão, Planejamento e Finanças
Protocolo Geral



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL

Memorando nº 0050 / 2017 - STE

Goiânia, 21 de março de 2017.

Da: Superintendência do Tesouro Estadual - STE
Para: Gerência da Secretaria-Geral

Assunto: Resposta ao Ofício 204/2016-SUPEX

Prezado Gerente,

Conforme solicitação contida no Memorando nº 204/2016 – SUPEX, que encaminha cópia do Ofício nº 2.249/2016-CGE/GAB, de 06/12/2016, procedente da Controladoria-Geral do Estado, encaminhamos abaixo as observações concernentes à situação da administração financeira estadual.

No âmbito da Superintendência do Tesouro Estadual - STE, destacam-se as seguintes ações:

1. Implantação da Conta Única do Tesouro Estadual

A gestão efetiva dos fluxos de receitas e despesas prescinde de uma conta única, visto que, podem ocorrer, simultaneamente, insuficiência de recursos para pagamento de determinada despesa, enquanto diversas contas e Fundos do Estado apresentam disponibilidade financeira sem programação financeira imediata. Este desafio tem aumentado em função do elevado volume de despesas obrigatórias e, também, da expressiva vinculação das receitas orçamentárias.

Se, por um lado, as despesas obrigatórias e as despesas vinculadas têm aumentado, por outro lado, há uma multiplicação de contas e Fundos com arrecadação específica que não suportam despesas comum ao Estado, especialmente as despesas com folha e dívida. Os números da última década evidenciam que o aumento da receita dos Fundos cresceu mais acelerado que o

RECEBIDO Em 22/03/17

Relson 09:55
Nome/Matrícula

Superintendência do Tesouro Estadual - STE
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Av. Vereador José Monteiro, nº. 2233, Setor Nova Vila, CEP: 74.653-900, Goiânia - Goiás
Bloco "A" - Telefone 3269-2402 - Resp.: DSP



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL

aumento da receita do Tesouro, em que pese as grandes despesas serem suportadas pelo último.

Tais fatos exigem melhores instrumentos de gestão financeira que contemplem o sistema financeiro estadual como um todo e abarque o fluxo financeiro global.

Assim, foi instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, por meio da Lei Complementar nº 121, de 21 de dezembro de 2015, o sistema de conta única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Para tanto, no dia 02/01/2017 foi implantada a Conta Única do Tesouro Estadual, regulamentada pelo Decreto nº 8.853, de 20 de dezembro de 2016 e pela Instrução Normativa nº 1311/16-GSF, de 22 de dezembro de 2016. A Conta Única se propõe a concentrar em uma conta única estadual todos os recursos do Tesouro Estadual, autarquias, fundações públicas e Fundos Especiais da administração pública estadual, não afetando a autonomia dos órgãos, autarquias, fundações públicas e Fundos Especiais da administração pública estadual, proporcionando maior ganho financeiro, operacional e transparência.

2. Criação do Núcleo Central de Contabilidade e Consolidação do Sistema de Contabilidade Geral - SCG

A Lei nº 19.550, de 15 de dezembro de 2016 instituiu o serviço de contabilidade pública nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo a fim de manter o serviço de contabilidade pública objetivando registrar os respectivos atos e fatos, em ordem cronológica e sistematizada, de forma a permitir:

- I – o acompanhamento da execução orçamentária;
- II – o conhecimento da composição patrimonial;
- III – a determinação dos custos dos serviços;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL

IV – o levantamento dos balanços;

V – a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Dessa forma, o Sistema de Contabilidade Geral (SCG) foi consolidado sendo totalmente aderente ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) nos moldes exigidos pela STN, não apenas com o intuito de abranger a sistemática de conta única, como também de adequar o estado de Goiás aos padrões internacionais de contabilidade.

O SCG possui alto padrão de integração com os demais sistemas corporativos, baseada em serviços web, o que traz confiabilidade, agilidade e segurança na troca de informações entre sistemas. Ademais, o sistema conta com um alto nível de parametrização e auditoria, dando ao usuário uma vasta flexibilidade na criação dos eventos e documentos contábeis, verificação de inconsistências e baixa dependência de mão de obra de TI.

Atualmente o sistema possui integração com os dados da receita realizando assim a contabilização diária dos documentos de arrecadação, dando confiabilidade na elaboração do fluxo de caixa do Tesouro, maior precisão na previsão da receita corrente líquida e conseqüentemente dos gastos com as vinculações. Ademais, o sistema está totalmente preparado para dar suporte à Conta Única que será implementada ainda este ano no âmbito do Poder Executivo Estadual.

3. Ajuste Fiscal

- Racionalização de contrato com fornecedores;
- Racionalização e saneamento da folha de pagamento;
- Cortes nas despesas de custeio;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL

- Acompanhamento da execução orçamentária, para o cumprimento de metas fiscais acordadas na Assembleia Legislativa.

4. Expansão da Integração de Dados de Finanças Públicas na ferramenta de Business Intelligence

- Capacitação das áreas de planejamento, orçamento e contabilidade das unidades estaduais por meio de cursos ministrados pela Escola de Governo;
- Criação de painéis (dashboards) que subsidiam a Junta de Programação Orçamentária e Financeira (JUPOF) na tomada de decisões;
- Monitoramento e projeção do fluxo de caixa do Tesouro;

5. Análise das Contas Públicas

A presente análise tem como objetivo apresentar os principais indicadores da realidade econômico e financeira das contas públicas da Administração Estadual, tendo como referência o mês de dezembro de 2016.

5. Resumo do RREO e RGF

5.1 Resultado Primário

O Resultado Primário do exercício de 2016 alcançou R\$ 1,040 bilhão, acima da meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2016 de R\$ -111 milhões, com crescimento de 15,545% sobre igual período de 2015. Isso decorre de que o forte ajuste fiscal executado pelo Estado possibilitou uma economia nas despesas primárias da ordem de R\$ 1,302 bilhões em relação ao inicialmente previsto na LDO de 2016, havendo um crescimento de apenas 3,42% em relação ao exercício de 2015, portanto abaixo do IPCA/IBGE do período, que foi de 6,29%.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL

Tabela 1: Resultado Primário

				R\$ 1,00	
RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ/16 (A)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ/15 (B)	DIFERENÇA (A - B)	%	
I - RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	20.824.446.763	18.858.849.443	1.865.597.320	9,84%	
Receita Tributária (ICMS / IPVA / ITCD / Outras)	11.811.590.003	11.141.775.706	669.814.296	6,01%	
Receitas de Contribuições	2.870.974.460	2.746.623.433	124.351.027	4,53%	
Receita Patrimonial Líquida	41.200.638	41.104.031	96.606	0,24%	
Transferências Correntes (FPE / IPI / LC 87/96)	4.710.106.545	4.198.990.572	511.115.973	12,17%	
Demais Receitas Correntes	1.390.575.118	830.355.701	560.219.418	67,47%	
II - RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (II)	65.864.267	240.478.852	-174.614.585	-72,61%	
III = I + II TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	20.890.311.031	19.199.328.296	1.690.982.735	8,81%	
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ/16	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ/15	DIFERENÇA (A - B)	%	
IV = A + B DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	18.864.607.373	17.619.281.337	1.245.226.036	7,07%	
A - Pessoal e Encargos Sociais	13.008.346.350	12.506.910.446	501.435.904	4,01%	
B - Outras Despesas Correntes (Programas Sociais/ Apoio Administrativo)	5.856.161.023	5.112.370.891	743.790.132	14,55%	
V = C + D DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS	985.511.557	1.573.397.795	-587.886.239	-37,36%	
C - Investimentos	935.839.392	1.491.719.272	-555.879.881	-37,26%	
D - Invenções Financeiras	49.672.165	81.678.523	-32.006.358	-39,19%	
VI = IV + V TOTAL - DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	19.850.018.930	19.192.679.132	657.339.798	3,42%	
III - VI = RESULTADO PRIMÁRIO	1.040.292.101	8.649.163	1.033.642.938	15545,46%	

5.2 Relação Despesas com Pessoal / RCL

A relação acima se mantém acima do limite prudencial, carecendo ainda de cuidados, uma vez que depende mais da evolução da política de pessoal, tendo em vista que a evolução da receita tem se comportado dentro do previsto.

Tabela 2: Relação despesas com pessoal / RCL

Em R\$ 1,00				
Descrição	3º quad/15	1º quad/16	2º quad/16	3º quad/16
Despesa Líquida com Pessoal	8.409.440.060,13	8.605.924.188,61	8.859.133.555,39	9.010.504.549,50
RCL	17.361.933.085,28	17.908.053.634,47	18.792.018.322,23	19.246.875.155,43
Índice % (DLP/RCL)	48,44	48,06	47,14	46,82
Limite Legal	48,60	48,60	48,60	48,60
Limite Prudencial	46,17	46,17	46,17	46,17

Fonte: Despesa com Pessoal / RCL - SCG / SIOFI-NET - site Goiás Transparente. Metodologia STN/LRF.

5.3 Despesas Totais

Chama a atenção na tabela 3 a evolução da despesa. Enquanto a receita total em 2016 foi de R\$ 21,174 bilhões, a despesa total empenhada foi de R\$ 21,791 bilhões, ou seja, representa 97,17% daquela, o que proporcionou um déficit orçamentário da ordem de R\$ 617 milhões. Já, a despesa liquidada foi de R\$ 20,670 bilhões e a efetivamente paga foi de R\$ 19,315 bilhões, o que gerou restos a pagar para o exercício seguinte no montante de R\$ 1,122 bilhões. É



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL

verdade que parte deste valor, R\$ 785 milhões, refere-se à despesa com a folha de pagamento de dezembro/2016 e foi quitado em janeiro/2017, e que o Estado possui disponibilidade financeira da ordem de R\$ 2,264 bilhões para fazer face a essas despesas, porém vale ressaltar que existe grande risco de a receita realizada de 2017 não comportar a quitação de todo o estoque de restos a pagar existente, caso a receita se comporte abaixo do previsto.

Tabela 3: Receitas e Despesas Totais

(em R\$ 1.000)

<u>Âno</u>	<u>Receita</u>	<u>Variação 2016/2014</u>	<u>Despesa</u>	<u>Variação 2016/2014</u>	<u>Diferença (Superavit/Déficit)</u>
2014	20.193.660		21.521.913		-1.328.253
2015	19.967.983	-1,12%	21.853.389	1,54%	-1.885.406
2016	21.174.876	6,04%	21.791.516	-0,28%	-616.639

5.4 Resultado Nominal

O resultado nominal, que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior, teve em 2016 um desempenho satisfatório uma vez que aumentou apenas R\$ 215 milhões, sendo que o valor fixado na LDO foi o limite de R\$ 1,537 bilhões. Ver Tabela 4.

Tabela 4: Resultado Nominal

Campo	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/15 (a)	Em 31/Out/16 (b)	Em 31/Dez/16 (c)
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	17.833.135.503,01	18.275.904.360,79	18.048.342.453,34
Campo	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
10	VALOR		-227.561.907,45	215.206.950,33
Campo	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE	
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		1.537.128.369,42	



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL

5.5 Restos a Pagar

O total de restos a pagar apurado ao final o exercício de 2016 é de R\$ 626 milhões, antes da inscrição dos restos a pagar de 2016, e de R\$ R\$ 3,172 após a inscrever os valores referentes à 2016 no estoque. O total da dívida fluante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 3,475 bilhões, e foram pagos o correspondente a 55% da toda dívida fluante em 2016, o que correspondeu a R\$ 1,917 bilhões. Ver Tabela 5.

Tabela 4: Restos a Pagar

(em R\$ 1.000)

Ano	RP Processados	RP Não Processados	RP Total	Variação 2016/2014	Diferença
2014	1.139.442	989.916	2.129.357		
2015	2.091.745	1.383.369	3.475.113	83,58%	952.303
2016	1.839.011	1.262.658	3.101.669	-12,08%	-252.733

5.6 Vinculações Constitucionais.

A apuração definitiva destes indicadores ocorre ao final do exercício, tendo como base a despesa empenhada com a respectiva disponibilidade financeira.

Educação: Excelente resultado, com índice apurado de **25,17%**.

Saúde: Excelente resultado, com índice apurado de **12,03%**.

UEG: Excelente resultado, com índice apurado de 2,02%. Ressalte-se que o Estado, por meio da UEG, firmou Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, para cumprimento do índice apurado em 2012, o qual havia ficado abaixo dos 2,0% e, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado, tem cumprido sistematicamente os valores ajustados no TAG, que neste exercício foi de R\$ 19,314 milhões.

C&T: Excelente resultado, com índice apurado de **0,51%**.

FAPEG: Bom resultado, com índice apurado de **0,50%**.

Setor Rural: Excelente resultado, com índice apurado de **0,33%**.

Setor Cultural: Excelente resultado, com índice apurado de **0,51%**.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL

5.7 Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL

Já nos primeiros quadrimestres de 2016, tanto a Dívida Consolidada Líquida (representando 93,77% da Receita Corrente Líquida – RCL no 3º quadrimestre), quanto a Dívida Consolidada (representando 102,03% da RCL no 3º quadrimestre), se encontravam bem abaixo do limite estabelecido por Resolução do Senado Federal, que é de 200% da RCL. O valor apurado no 3º quadrimestre foi de 93,77% da RCL. Ver Tabela 7.

Tabela 7 Dívida Consolidada Líquida

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	18.598.253.513,42	17.726.537.131,50	19.608.345.669,01	19.637.800.007,17
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	17.833.135.503,01	17.436.423.571,58	18.521.574.839,49	18.048.342.453,34
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.365.245.136,10	17.908.047.985,42	18.791.215.608,60	19.246.875.155,43
14	% da DC sobre a RCL (V/RCL)	107,10	98,99	104,35	102,03
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	102,69	97,37	98,57	93,77
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>				38.493.750.310,86
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <180%>				31.456.621.279,77

6. Considerações

6.1 Dívida Flutuante

Em 2016 foi apurado déficit financeiro, considerando a receita líquida do Tesouro, de R\$ 741 milhões. Salientamos que, graças aos recursos oriundos da repatriação de recursos, do Fundo de Compensação dos Recursos de Exportação – FEX e ao bom desempenho do Programa de Negociação Financeira – PRONEFI, este déficit não foi substancialmente maior. Vale ressaltar que para o próximo exercício o Tesouro não contará mais com receitas extraordinárias, como as acima citadas, para financiar as despesas, além daquelas previstas na LOA de 2017.

Portanto, mesmo considerando o saldo financeiro em 31/12/2016, somado à receita do corrente exercício percebe-se que as despesas superaram amplamente as receitas e disponibilidades existentes. Assim, o Estado vai carregar essa dívida flutuante para exercícios futuros demandando ações para mitigar o déficit via redução da despesa ou aumento de receita.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL

Caso não se mude o rumo da atual política de execução orçamentária e financeira, o Estado, que acumulou um déficit financeiro significativo em 31/12/2016, poderá comprometer o orçamento em 2017 e os futuros, já que, pela exigência do Art. 42, o Estado deve reservar disponibilidade financeira para toda a sua dívida flutuante, observada a fonte de recursos.

Sugere-se então, a implantação de mecanismos de contenção de gastos já no início de 2017, em estrita observância à PEC do Teto de Gastos Estadual de forma a atenuar o impacto da dívida flutuante para o último exercício da atual gestão. Esses mecanismos impõem sacrifícios no sentido de priorizar ao máximo os gastos do Estado e até de uma política de concessão/manutenção de benefícios fiscais mais rígida, uma vez que o orçamento é insuficiente para o porte da máquina estadual.

6.2 Receita

Analisando a Receita Corrente Líquida - RCL em 2016, que foi de R\$ 19,247 bilhões, quando comparada com a do mesmo período do exercício anterior constata-se um crescimento de 10,86%. Vale destacar o crescimento do ICMS em apenas 3,51% e do IPVA em 24,8%, influenciado pelas blitzes efetuadas durante todo o exercício de 2016 pela SEFAZ, e do FPE em 14,45%, que teve acréscimo extraordinário de recursos referente à repatriação.

6.3 Gastos com Pessoal

Chama a atenção o crescimento dos gastos totais com pessoal em 2016, quando comparado com igual período do exercício anterior, que foi de 7,14%, bem inferior ao experimentado no exercício de 2015 (10,47%), quando comparado à 2014. Constatamos que o crescimento da RCL no mesmo período (2016 em relação a 2015) foi de 10,86%.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL

6.4 Investimento

O investimento em 2016 foi de R\$ 936 milhões. Esta rubrica teve uma redução de 37,26% quando comparada com 2015, representando um decréscimo bastante significativo com reflexos negativos para o desenvolvimento econômico do Estado. O investimento em 2015 foi de R\$ 1,492 bilhões, em razão da contratação de operações de crédito naquele exercício.

Por fim, no ano de 2016, o Tesouro Estadual realizou repasse financeiro por meio do orçamento dos órgãos o valor total de R\$ 16.334.807.039,56¹, conforme tabela da Gerência de Planejamento e Projetos Financeiros em anexo.

Atenciosamente,

Mário Mendes Barbosa Júnior
Gerente de Planejamento e Projetos Financeiros

Máires Agda Martins Moraes
Gerente de Contas Públicas

Oldair Marinho da Fonseca
Superintendente do Tesouro Estadual

1 Os valores contidos na tabela anexa foram levantados pelo SIOFINet, através da ferramenta de BI - Business Objects



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS FINANCEIROS

Repasso do Tesouro Estadual às Unidades Orçamentárias - 2016

	1	2	3	4	5	6	TOTAL
101	GAB. DO PRES. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	292.520.889,22		30.451.098,00	3.437.551,51		226.389.537,53
201	GABINETE DO PRESIDENTE DO T.C.E.	217.723.324,63		17.150.718,61	12.787.987,41		247.672.030,65
301	GAB. PRESIDENTE DO TCM	110.168.573,33		6.332.536,82	120.386,43		116.641.094,66
401	GAB. DO PRESID. DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.095.444.260,15					1.095.444.260,15
701	GAB. DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA	397.821.176,12		87.086.631,92	4.657.549,72		490.265.357,76
1101	GABINETE DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL	30.843.728,75		6.331.706,71	8.328.847,86		55.304.283,32
1151	FUNDO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO - FECON			77.623.284,28			77.623.284,28
1201	GAB. DO DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO	72.044.052,27		832.366,58	12.079,00		72.888.506,85
1301	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	6.182.381,11		872.951,54	19.530,75		7.074.863,40
1401	GAB. DO PROC. GERAL DO ESTADO	75.419.235,85		3.099.720,98	108.812,75		79.627.769,58
1501	GAB. SECRETÁRIO-CHEFE DA CGE	31.728.654,68		1.335.605,08	7.582,35		33.071.841,11
1601	GAB. DO SEC. EST.-CHEFE DA CASA MILITAR	32.863.405,71		17.690.952,02	8.129,00		50.562.516,73
1901	GAB. DO SECRETARIO DE GOVERNO	12.466.879,09		7.044.714,93	4.820.719,61		24.332.313,63
2201	GAB. DO SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESP.	2.307.451.659,14		114.456.249,24	605.092,20		2.422.512.999,58
2202	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO	11.469,04		110.443.819,45	21.625.877,83		141.919.166,32
2203	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE CULTURA			1.175.328,04	898.139,14		1.963.467,18
2204	SUPERINT. EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER			1.068.293,29	184.268,16		1.252.561,45
2750	FUNDO DE ARTE E CULTURA DE GOIÁS			31.112.504,00			31.112.504,00
2251	FUNDO EST. CENT. CULT. OSCAR NIEMEYER				124.000,00		124.000,00
2301	GAB. SEC. DA FAZENDA	523.556.139,01		91.214.218,59	6.314.895,75		621.085.253,35
2302	ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO		897.020.080,43	168.988.785,29		1.014.211.050,34	2.110.219.916,06
2304	ENCARGOS ESPECIAIS	45.437.789,58		267.959.704,12			313.397.493,69
2701	GAB. SEC. DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	178.482.895,14		17.068.778,89	1.569.278,80		197.100.952,83
2702	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	18.691.534,35		52.184.776,67		46.659.095,90	117.535.406,92
2703	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJ.			1.425.141,00			1.425.141,00
2704	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO			29.708.950,27	13.654.561,53		43.363.511,80
2801	GABINETE DO SECRETARIO DA SAUDE	4.328.617,96					4.328.617,96
2850	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FES	659.283.370,15		1.261.014.264,58	53.747.285,19		1.984.045.919,92
2901	GAB. SEC. SEG. PÚB. E ADJ. PENIT. - SSPAP	286.436.183,01		54.466.283,16	26.763.568,73		367.666.034,90
2902	POLÍCIA MILITAR	1.330.443.224,33		42.247.221,39	821.394,44		1.373.511.840,16
2903	CORPO BOMBEIROS MILITAR	303.507.566,33		7.157.817,63	206.000,00		310.871.384,01
2904	POLÍCIA CIVIL	434.385.419,18		21.871.451,55			506.556.870,73
2906	SUPERINT. EXECUT. ADMINISTRAÇÃO PENIT.			75.659.237,61	6.280.890,74		81.940.128,35
3601	GAB. SEC. DES. ECON. CIENT. TEC. AGRIC. E PEC.	37.636.801,87		1.507.694,88	1.360,00		39.145.856,75
3602	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA AGRICULTURA			144.642,98	197.122,21		341.765,19
3603	SUPERINTENDÊNCIA EXECUT. DE DES. REGIONAL			5.138.440,82	20.652.503,37		25.790.944,19
3604	SUPERINT. EXECUT. DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA			5.722.860,01	2.825.379,23		8.548.239,24
3654	FUNCTEC	25.825.759,51		11.009.560,51	4.588.138,69		41.423.458,71
3701	GAB. SEC. MEIO AMB. REC. HD. INFRA. CIDADES	50.822.128,26		1.544.538,39	68.281,91		52.434.948,56
3702	SUPERINT. EXEC. DE MEIO AMB. E REC. HD			1.377.872,19			1.377.872,19
3703	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE CIDADES			13.341.720,00	114.269,23		13.455.989,23
3704	SUPERINT. EXEC. ASSUNTOS METROPOLITANOS			156.000,00			156.000,00
3705	SUPERINT. EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA			444.528,41			444.528,41
3801	GAB. SEC. MULHER, DES. SOCIAL, IGUALD. RACIAL	110.600.075,40		4.856.386,77			115.456.462,17
3802	SUPERINT. EXEC. MULHER E IGUALD. RACIAL			478.932,72			478.932,72
3803	SUPERINT. EXEC. DE SAS, SIST. SOCIAL E TRAB.			3.432.563,22	3.560.447,74		7.013.010,96
3804	SUPERINTENDÊNCIA EXEC. DIREITOS HUMANOS			61.798,05			61.798,05
3851	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS			34.677.022,54			34.677.022,54
3853	FUNDO ESPECIAL ENFRENTAMENTO AS DROGAS			928.515,63			928.515,63
3854	FUNDO ESPECIAL APOIO A CRIANÇA E JOVEN			2.357.249,89	5.594,20		2.362.844,09

Gerência de Planejamento e Projetos Financeiros da Superintendência do Tesouro Estadual - GPFIN/STE
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Av. Vereador José Monteiro, nº. 2233, Setor Nova Vila, CEP: 74.653-900, Goiânia - Goiás
Bloco "A" - Telefone 326 - Resp.: MMBJ



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS FINANCEIROS

Repasso do Tesouro Estadual às Unidades Orçamentárias - 2016

		1	2	3	4	5	6	TOTAL
4101	AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC	32.784.814,78		7.506.081,44	763.024,35			41.053.920,58
5702	AG. GOIANA DE REG. CONT. E FISC. S.PUBL	15.166.459,13						15.166.459,13
5750	FUNDO FUL PREV. SERVIDOR	1.419.887.629,69		5.251,67				1.419.892.881,35
5751	FUNDO FIN. PREV. MILITAR	310.955.753,27						310.956.753,27
6601	AGRODEFESA	91.511.819,24		135.452,50				91.647.271,74
6602	EMATER	62.315.473,54		3.970.954,13	755.848,39			67.042.276,06
6603	GOIÁS TURISMO	4.545.516,14		32.881.192,45	11.670.442,82			49.097.151,41
6605	FUNDAÇÃO AMPARO A PESQ. DE GOIÁS - FAPEG	5.470.979,17		22.573.894,13	3.770.212,90			31.815.086,20
6606	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG	192.872.978,65		32.315.785,49	9.290.542,91			234.479.307,05
6701	AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS	133.188.851,19		17.725.531,75	177.750.310,59	1.444.740,51		330.309.234,04
6750	FUNDO DE TRANSPORTES - FT			138.543.279,24				138.543.279,24
	Soma:	10.970.982.481,02	827.020.080,43	2.870.859.892,25	404.626.591,10	48.004.836,41	1.014.211.050,34	16.334.867.039,58

Legenda

- 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 4 - INVESTIMENTOS
- 5 - INVERSÕES FINANCEIRAS
- 6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Gerência de Planejamento e Projetos Financeiros da Superintendência do Tesouro Estadual - GPFIN/STE
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Av. Vereador José Monteiro, nº. 2233, Setor Nova Vila, CEP: 74.653-900, Goiânia - Goiás
Bloco "A" - Telefone 326 - Resp.: MMBJ